



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6339

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Denominação de vias públicas, centros comunitários e de convívio, alas oftalmológicas, salas, etc

Autoria: Ademar de Barros Bicalho

Data: 04/09/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 256/2007. Denomina a "Praça Arlen de Paulo Santiago", localizada no bairro Augusta Mota. (Referente à Lei nº 3.801, de 20/09/2007).

Controle Interno – Caixa: 8.8

Posição: 11

Número de folhas: 08

Espécie: PL
Categoria: Denomina
A: 8.8
Ordem: 11
nº fls: 06



117/2007

13.09.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 256 /2007

AUTOR:

Ver. Ademar de Barros Bicalho

ASSUNTO:

Denomina Praça Arlen de Paulo Santiago.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 04/09/2007
- 2 - Comissão Legislação e Justiça e Vias e Logradouros Públicos
- 3 - Aprovação em Única EM - 13.09.2007
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Gabinete do Vereador Ademar Bicalho

e-mail: ademarbicalho@yahoo.com.br

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 – Gab. 04 – Centro – / CEP: 39.400-466 – Telefax 38 36905404

ÀS
COMISSÕES
04.09.2007

Projeto de Lei nº **256** /07.

Denomina-se Praça Pública.

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se oficialmente PRAÇA ARLEN DE PAULO SANTIAGO, a Praça sem denominação oficial, praça esta compreendida entre a Rua Tito Versiane e Avenida Mestra Fininha no Bairro Augusta Mota.

Art. 2 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 03 de setembro de 2007.

ADEMAR BICALHO
VEREADOR

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
03	04/2007
	12:00

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 04 DE SETEMBRO DE 2007
PRESIDENTE

É LEGAL e CONSTITUCIONAL.
13/09/07
Idem via

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE VIAS E LOGRA
DOURAS PÚBLICAS
EM 04 DE SETEMBRO DE 2007
PRESIDENTE

Conosco pela aprovação
13/09/07
Idem via

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
UNICA
EM 13 DE SETEMBRO DE 2007
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica



MONTES CLAROS, 31 DE AGOSTO DE 2007.

OF.: GS/650/07

Ao
Sr. Ademar Bicalho
Vereador da Câmara de Montes Claros

Prezado Senhor,

Em resposta ao ofício nº 0041/07 do dia 28/08/2007, vimos informar a Vossa Senhoria que a praça compreendida entre a Rua Tito Cavalcanti Brito e a Avenida Mestra Fininha, no Bairro Augusta Mota, não possui denominação oficial.

Ressaltamos, ainda, que não existe via ou logradouro público com a denominação oficial "Arlen de Paulo Santiago", nesta cidade, até a presente data.

Atenciosamente,

Antônio Dimas Cardoso
Secretário de Planejamento e Coordenação Estratégica

ARLEN DE PAULO SANTIAGO

Arlen de Paulo Santiago, nasceu em Montes Claros aos 29/10/1928, sendo o filho mais velho dos 12 (doze) que tiveram o Sr. Francisco Gomes Santiago e Gerosina de Freitas Santiago.

Casou-se com a Sra. Rita da Paixão Mota Santiago, com quem teve 07 (sete) filhos.

Pecuarista e empresário.

Foi proprietário da Imobiliária Norte Mineira, idealizador e parceiro de Luiz Milton Prates nos loteamentos Major Prates e Augusta Mota e idealizador de outros loteamentos, tais como Renascença, Alterosa e Maracanã, nesta que hoje constitui uma das regiões mais populosas de nossa cidade.

Foi um dos Diretores do Jornal "Diário de Montes Claros", onde desenvolveu seu mister com altivez, independência e seriedade.


Sempre teve a preocupação com o desenvolvimento e progresso de nossa cidade e região, apaixonado por Montes Claros, buscava sempre empreendimentos que possibilitassem uma melhoria de vida para a sociedade.

Faleceu na terra que sempre amou, Montes Claros, em 26/05/2004, após 50 (cinquenta) anos de feliz convivência com D. Rita e filhos, deixando como maior legado seu exemplo de honestidade, honradez e seriedade, servindo de exemplo para filhos e amigos.

TERMO DE RESPONSABILIDADE
-Via ou Logradouro público sem moradores -

Declaro, nos termos do art. 159, § 4º, alíneas b,c, inc. I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao Projeto de Lei nº _____ que **Denomina PRAÇA ARLEN DE PAULO SANTIAGO, compreendida entre a Rua Tito Cavalcanti Brito e Avenida Mestra Fininha no Bairro Augusta Mota**, de minha autoria, Declaro ainda, que neste logradouro Público não existem moradores, não podendo, portanto, apresentar o abaixo-assinado.

Montes Claros, 03 de setembro de 2007.



Ademir de Barros
Vereador

PRADA
RUA HELIO NEWTON PEREIRA
HONORATO CAMPOS

RUA SEBAS

AVENIDA MESTRA FININHA

RUA TITO CAVALCANTI BRITO

AUGUSTA

RUA DOUTOR HENRIQUE CHAVES

RUA JOAQUIM SOARES DIAS

E.E.
PROF.
CRISTINA
GUIMARAES

RUA TITO VERSIANI

RUA NOVE

RUA LEVI PIMENTA

RUA ANTONIO NUNES

DA SILVA

RUA TITO VERSIANE DOS SANTOS

RO DE AGUIAR

MAJ

RUA NIRCEU LOPES SILVA

RUA CORIOLANO



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 256/2007 QUE “Denomina Praça Arlen de Paulo Santiago”, de autoria do Vereador Ademar de Barros Bicalho.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada.

Ressalte-se, apenas o vício de digitação do nome da rua “Tito Cavalcanti Brito” sendo que foi redigida como “Tito Versiane”, nome de outra via próxima, entretanto, não inviabiliza o referido projeto posto que passível de correção.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de setembro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605